

Corsan é autorizada a buscar R\$ 500 milhões no mercado: entenda a operação que pode impactar 14 municípios gaúchos

Se for captada, quantia deve ser usada na ampliação de serviços de água e esgoto

29/12/2020 - 19h51min



LEONARDO
VIECELI



Corsan é controlada pelo governo do RS
Omar Freitas / Agência RBS

Às vésperas da virada do ano, a Companhia Riograndense de Saneamento (**Corsan**) recebeu sinal verde do governo federal para buscar, no mercado financeiro, até **R\$ 499,8 milhões** para obras em 14 municípios gaúchos. A autorização ocorre seis meses após a **aprovação no Senado do marco regulatório do saneamento básico**, que impõe metas para ampliação dos serviços de água e esgoto no país.

Diante da necessidade de investimentos trazida pela nova lei, analistas consideram que encorpar o caixa da companhia com recursos privados é um caminho natural, já que o governo do Estado, controlador da Corsan, enfrenta restrições fiscais.

A autorização para a operação foi divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em nota, nesta terça-feira (29). A informação foi antecipada na segunda (28) pela [colunista de GZH Kelly Matos](#).

Segundo o ministério, as obras devem impactar 1,1 milhão de pessoas nos 14 municípios gaúchos. As melhorias buscam ampliar o abastecimento de água e a coleta e o tratamento de esgoto (*veja detalhes abaixo*). Estão divididas em 13 projetos.

Do total, 12 devem ser implementados até dezembro 2024, indicam duas portarias publicadas no Diário Oficial da União. O único com prazo até julho de 2024 é o de uma estação de tratamento de água em Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo.

— A Corsan precisa captar recursos para fazer melhorias na rede. Obviamente, esses recursos serão distribuídos na tarifa. Como serão distribuídos e em qual prazo são questões que precisam ser vistas mais à frente. A companhia está buscando uma forma para se manter no mercado — avalia Paulo Menzel, presidente da Câmara Brasileira de Logística e Infraestrutura (Câmara Log).

A operação financeira visa captar o dinheiro por meio de debêntures incentivadas, que são títulos de renda fixa, uma modalidade de investimento. Funcionam assim: ao comprá-las, investidores emprestam dinheiro para companhias. No prazo previsto, recebem a quantia desembolsada com o acréscimo de juro.

Existem diferentes tipos de debêntures. As incentivadas têm a vantagem de isenção ou redução do imposto de renda (IR). É que esses títulos são emitidos para financiar projetos na área de infraestrutura.

Ao garantir a isenção do imposto, o governo busca estimular a participação de investidores privados e, assim, acelerar o desenvolvimento do país por meio de obras, como estradas, portos e aeroportos. No caso da Corsan, as melhorias são de saneamento.

— As debêntures são títulos de renda fixa com características específicas. Têm uma promessa de remuneração em prazo determinado no futuro. O incentivo significativo é a isenção do imposto de renda, porque o governo autoriza a captação de dinheiro para a área de infraestrutura — explica Valter Bianchi Filho, sócio-fundador da Fundamenta Investimentos.

Em nota, a Corsan afirma que "vem investindo na modernização de seus processos e no fortalecimento da empresa". "A emissão das debêntures, que ainda passa pela aprovação da Administração da Companhia e está sujeita às condições de mercado, tem como referência projetos que vão beneficiar mais de um milhão de pessoas", acrescenta.

No último dia 10, a [colunista de GZH Marta Sfredo](#) informou que a Corsan buscaria recursos por meio de debêntures diante da necessidade de reforçar o caixa — as duas fontes usuais, BNDES e

Caixa Econômica Federal, estariam com restrições. O marco legal do saneamento básico prevê universalizar os serviços no país **até o fim de 2033**.

Em 2018, **67,9% da população gaúcha (7,61 milhões)** não tinha acesso à rede de coleta de esgoto — o dado desconsidera modelos alternativos, como fossas sépticas. Ou seja, só a fatia de 32,1% (3,59 milhões) era atendida pelo serviço geral. A estimativa é do Instituto Trata Brasil, a partir de estatísticas do Ministério do Desenvolvimento Regional. Pelo levantamento, apenas 26,2% do esgoto gerado pelos gaúchos recebia tratamento à época.

Quando o assunto é rede de água, os números mostram que 86,4% da população do Estado (ou 9,68 milhões) tinha acesso ao serviço. Outros 13,6% (1,52 milhão) não contavam com o atendimento — situação que preocupa ainda mais na **pandemia**, já que a higiene pessoal é recomendada no combate ao **coronavírus**.

No início de dezembro, **a Corsan transferiu à iniciativa privada** o tratamento de esgoto em nove municípios da Região Metropolitana. O acordo prevê investimento de R\$ 1,77 bilhão e universalização do serviço em 11 anos. Em meados de 2021, a empresa também deve **ofertar ações no mercado financeiro**.

A operação

O governo federal autorizou a Corsan a buscar, no mercado financeiro, até R\$ 499,8 milhões para obras em 14 municípios gaúchos. Estão previstas melhorias no abastecimento de água e nos serviços de coleta e tratamento de esgoto. A companhia gaúcha está autorizada a tentar captar os recursos necessários por meio de debêntures incentivadas.

Os municípios contemplados

- Alegrete
- Alvorada
- Cachoeira do Sul
- Canela
- Dom Pedrito
- Eldorado do Sul
- Gramado
- Iraí
- Osório
- Santa Cruz do Sul
- Santa Maria
- São José do Norte
- Viamão

- Xangri-lá

As melhorias previstas

Abastecimento de água

- 1) Ampliação do sistema de abastecimento de água (SAA) em Dom Pedrito, com melhorias de captação, estação elevatória de água bruta e tratamento do lodo da estação de tratamento de água (ETA)
- 2) Ampliação do SAA em Eldorado do Sul, com melhorias em adutora de água tratada e reservatório
- 3) Ampliação do SAA em Gramado e Canela, com melhorias em elevatória e adutoras de água, ampliação da ETA II, tratamento do lodo da ETA II, entre outras
- 4) Ampliação do SAA em Iraí, com melhorias em barragem de nível e reforma na elevatória de água bruta
- 5) Ampliação do SAA em Osório e Xangri-lá, com implantação de sistema de tratamento de lodo na ETA Osório e na ETA Atlântida Sul
- 6) Ampliação do SAA em Santa Maria, com melhorias na adutora de água bruta do Escrimin e na adutora de água tratada da UFSM
- 7) Ampliação do SAA da 5ª Seção da Barra em São José do Norte, com melhorias em adutora, elevatória de água tratada e reservatórios
- 8) Implantação do sistema integrado de abastecimento em Alvorada e Viamão, com captação, adutoras, elevatórias, ETA, tratamento do lodo e reservatórios
- 9) Implantação da estação de tratamento de água em Santa Cruz do Sul

Esgotamento sanitário

- 10) Ampliação do sistema de esgotamento sanitário (SES) em Alegrete, com implantação de redes coletoras na Bacia 1 e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)
- 11) Ampliação da ETE em Cachoeira do Sul (2º módulo)
- 12) Ampliação do SES em Canela, com implantação de redes coletoras nas Bacias Canelinha e Santa Terezinha e ampliação da ETE Santa Terezinha (2º módulo)
- 13) Implantação da ETE Ávila, em Gramado (1º e 2º módulos)

As debêntures incentivadas

- As debêntures são títulos de renda fixa, uma modalidade de investimento. Funcionam assim: ao comprá-las, investidores emprestam dinheiro para companhias. No prazo previsto, recebem a quantia desembolsada com o acréscimo de juro.

- Existem diferentes tipos de debêntures. As incentivadas têm a vantagem da isenção de imposto de renda (IR).
- É que esses títulos são emitidos para financiar projetos na área de infraestrutura. Ao garantir a isenção do imposto, o governo busca estimular a participação de investidores privados e, assim, acelerar o desenvolvimento do país por meio de obras.